



INVENTAR A LÍNGUA E LHE DAR UM NOME

Luis-Jean Calvet (Universidade de Provence)

R e s u m o : O objetivo deste artigo é discutir as práticas dos falantes reais da língua. Juntamente com elas, existem as representações que as pessoas têm delas e de como são faladas. Essas representações agem sobre as práticas, constituindo-se em fatores de mudança. Elas podem levar até mesmo a uma insegurança/segurança linguística, que contribuem para a transformação das práticas e, conseqüentemente, das línguas. O texto mostra que essas representações começam pelo próprio nome que as línguas recebem. Por outras palavras, a língua é uma invenção que acaba recebendo um nome.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua; práticas linguísticas; representações da língua; nome das línguas

A b s t r a c t : The objective of this article is to discuss speakers' daily practices as well as their representations of languages and of how they are used. These representations act on the practices, functioning as a factor of language change. They may also lead speakers to an linguistic security/insecurity which also acts on the practices and, consequently, on the languages themselves. The article also shows that these representations begin in the very name given to languages. Language is an invention that ends up by receiving a name.

Key words : Language; language practices; language representations; language names.

Lembremos, de início, os princípios de que partimos. De uma maneira que pode parecer um tanto de determinado número de fatos, e de traços, nas produções e *práticas* dos falantes. Coexistindo com essas práticas, há *representações*, o que as pessoas pensam das línguas e do modo como são faladas. Essas representações agem sobre as práticas, e constituem um dos fatores de mudança. Especificamente, as representações produzem *segurança ou insegurança* que leva os falantes a *comportamentos* que transformam as práticas.

Em seguida, acho que a dupla práticas/representações devia ser descrita e analisada em um contexto que leve em consideração as relações entre diferentes tipos de práticas (em diferentes “línguas”), e entre essas práticas e seu meio: a isso chamei de seu *nicho ecolinguístico*. Para levar a bom termo essa análise, utilizo determinado número de modelos:

- *Modelo gravitacional* (CALVET, 1999, p. 75-99).
- *Modelo homeostático* (CALVET, 1999, p. 100-143).
- *Modelo de representações* (CALVET, 1999, p. 144-182).

- *Modelo de transmissão* (CALVET, 1999, p. 183-228).

A ecologia linguística estuda, assim, as relações entre as línguas e seu meio, isto é, primeiramente, as relações entre as próprias línguas, depois, entre essas línguas e a sociedade, o que nos leva a perguntar se o meio tem influência sobre as práticas e a forma das línguas. As numerosas situações que pudemos analisar nos mostram que é possível responder afirmativamente a essa questão. Temos, no caso da língua francesa na África, um exemplo de adaptação da língua ao meio (a “semantaxe” africana que se manifesta no francês); no caso de Saint-Barthélemy, de influência do meio sobre as relações entre as línguas (a geografia e as diferenças profissionais dela decorrentes); no caso do kituba, fica evidente a influência do meio sobre a nomenclatura, ato de dar nomes, da língua etc.

Esse último ponto nos leva a uma questão mais ampla. Em algumas situações, deparamos com o problema de saber se havia uma ou duas línguas, ou, melhor, de saber a partir de que momento uma língua deixa de ser ela mesma. Assim, podemos constatar que a resposta dos linguistas não é, necessariamente, a mesma dos falantes. Esta questão é fundamental. Tanto faz tratar-se dos árabes (línguas árabes) (clássicos, medianos, dialetais...), do kituba, do servo-croata ou do crioulo da Luisiana, o fato de denominar a língua constitui uma intervenção no meio: o nome dado às línguas nunca é neutro. Quando a linguística alemã passou a se interessar, nos começos da época colonial, pelo grupo, relativamente homogêneo, das línguas faladas da costa leste à costa oeste do sul da África, e de o batizar de *banto*, a partir da raiz **ntu*, “homem”, e do prefixo de classe *ba*- (BLEEK, 1962), viu-se, nessa apelação, a hipótese de que, por detrás da homogeneidade das línguas e do território se encontrava uma homogeneidade dos grupos humanos, o que, hoje, sabemos ser falso. “Encontra-se, com efeito, entre os povos de línguas ‘banto’, uma enorme diversidade, tanto de modos de organização social (familiares, religiosos, econômicos), como de caracteres anatômicos hereditários (estatura, índices cefálico e corno), grupos sanguíneos etc.) (LACROIX, 1981).

Este breve exemplo indica uma propensão forte a considerar que as línguas, os homens e os territórios se correspondem, que a unidade política se faz acompanhar de uma unidade linguística e de uma unidade étnica. Nos velhos estados, que apresentam tendência à superposição das fronteiras políticas e dos limites de uma constelação linguística, construiu-se, então, com frequência, o nome do país, de seus cidadãos e da língua central a partir da mesma raiz. Assim, de acordo com as representações dominantes, vivem, na França, franceses, que falam francês; na Itália, italianos, que falam italiano; na Inglaterra, ingleses, que falam inglês etc. Esse paradigma, evidentemente, está ultrapassado em alguns estados plurilíngues. Não se fala suíço na Suíça, nem belga na Bélgica..., além de existir, nos estados de constituição mais recente, distanciamento entre o segundo termo (nome dos habitantes) e o terceiro (nome da língua). Os habitantes do Senegal não deixam de ser senegaleses, mas não falam (ainda) o senegalês, os malianos não falam maliano, os gambianos não falam gambiano, os congolezes não falam congolês etc. Entre os dois polos extremos, encontramos casos intermediários, nos quais se manifesta uma tendência a impor um nome “nacional” à língua, como mostra a utilização, cada vez mais frequente, de expressões como *anglo-americano*, ou mesmo *americano*, *espanhol de Cuba*, *do*

Chile, do Equador, assim como *cubano, chileno, equatoriano...* As mudanças políticas, particularmente no contexto das descolonizações, levaram, às vezes, a novas apelações, como o *malai*, por exemplo, que se transformou, na Indonésia, *bahasa indonesia*, “língua indonésia”.

Essas situações variadas levantam algumas questões: Quem decide sobre o nome da língua? Qual o impacto das teorias linguísticas sobre essas denominações? Que implicações se encontram por trás do nome dado às línguas? Entretanto, o problema principal colocado aqui é o da definição da língua, “a ficção útil” de que falava Einar Haugen. *Ficção*, porque as línguas não são demonstráveis, não existem como objetos reais, palpáveis. *Útil*, porque a ciência linguística teve necessidade, para se constituir, de reivindicar a existência de estruturas que ela batizava de língua. Ora, cada vez que se batizava *uma* língua, que se lhe dava um nome específico, ao mesmo tempo dava-se consistência à ficção da língua: a língua existe, já que existem línguas... É por isso que os problemas que nós passaremos a discutir, a partir de agora, se encontram no centro de um debate do qual a ciência linguística não pode se eximir.

Quando a constituição argelina declara que “o árabe é a língua nacional e oficial”, ou quando a versão chinesa, de um texto sino-britânico assinado em 1984, declara que a língua oficial de Hong-Kong, após primeiro de julho de 1997, será o *chung wen* (a versão inglesa do texto dito *chinese*, termo igualmente ambíguo), o nome da língua adquire uma função de máscara, o que nos faz confrontar a não ditos extremamente interessantes. No primeiro caso, não fica claro (mas isso depende da evidência) que este árabe não é a língua falada ou a língua popular, mas, evidentemente, a língua escrita. No segundo caso, ao se utilizar uma forma que remete ao chinês escrito, evita-se precisar que se vai tratar do mandarim, e não do cantonês (língua falada majoritariamente em Hong Kong). O fato de a língua oficial da Espanha, segundo a constituição do país passar a ser, a partir daquele momento, o castelhano e não mais o espanhol, nos mostra, igualmente, que o nome da língua pode se constituir em uma jogada política e ideológica. Se o espanhol foi, oficialmente, batizado de castelhano, se deveu, em parte, a satisfazer os nacionalistas bascos, galegos ou catalães, e a desfazer a radicalização entre o nome do estado e o da língua, além de colocá-la em uma dimensão regional, que foi a de Castela...

Por outro lado, os crioulos são raramente mencionados, ao se tratar de um território ou estado, o qual, com frequência, nem chega a existir. Para distingui-los, os linguistas se referem a eles como “crioulo reunionês” ou “falar crioulo da Reunião”, como “crioulo guadalupense”, preferencialmente a “reunionês” ou a “haitiano”, embora haja exceções (CHAUDENSON, 1995). Esta nomenclatura faz sentido: o falante que declara falar francês e crioulo não expressa a mesma coisa, seria como se ele declarasse falar francês e guadalupense, assim como o Poatevino (habitante do Poitou) ao se declarar falante de patoá ou de poatevino (língua do Poitou) tende a classificar seu vernáculo de modo diferente, e nos ensina coisas sobre suas representações linguísticas. Dizer “eu falo patoá” ou “eu falo crioulo” é situar seu vernáculo em uma relação de diglossia com uma variedade alta, enquanto que dizer “eu falo poatevino” ou “eu falo guadalupense” é atribuir ao mesmo vernáculo o estatuto de língua, e situá-lo perante outros em uma relação mais igualitária. Desse ponto de vista, a questão “uma ou duas línguas?” poderia se tornar

“francês e/ou crioulo, em oposição a francês e/ou guadalupense, haitiano, reunionês etc.” Mesmo se esse problema de denominação pudesse parecer marginal, ele se situa no centro das representações linguísticas, justificando minha hipótese de que essas representações exercem um papel fundamental na dinâmica das situações.

Mas, o mais interessante nessas situações, como no caso do “servo-croata”, é que os falantes e o linguista não entram em acordo. Salikoko Mufwene me contava que, quando fazia pesquisa sobre o gullah, um crioulo praticado nas zonas costeiras da Carolina do Sul e da Geórgia, seus informantes declaravam falar, com mais frequência, o inglês, e ignoravam, às vezes, até mesmo a palavra *gullah*. Eu descrevi, Calvet (1999, p. 6), a mesma situação na comunidade branca de Kraemer, Luisiana, cujos membros falavam crioulo, semelhante ao que ocorre em Breaux-Bridge e Pointe-Coupée, mas diziam falar francês. Em tais situações, quem tem razão o linguista, que chama de gullah ou crioulo o que ele ouve e descreve, ou o falante que acredita (quer, decide...) falar inglês ou francês? Seria inútil, aqui, antecipar um argumento de autoridade (o linguista sabe do que fala, e tem, assim, razão científica...): a existência de uma ou duas línguas não é apenas um problema técnico, mas um problema de representações. Todo o desafio, para o qual tentei chamar a atenção é, precisamente, estudar o efeito dessas representações sobre as práticas. Acrescente-se, ao que foi dito, que essa polinomia não é somente o resultado de um desacordo entre o linguista e os próprios falantes, que, frequentemente, dão nome, de modo diferente, à mesma língua. Situações desse tipo não são raras, mas o que elas nos ensinam? Em primeiro lugar, que as diferenças entre línguas não são somente linguísticas, mas também sociais: ao negar que os sérvios falam a mesma língua que os croatas, estes últimos os qualificam como diferentes, e os excluem de sua própria comunidade. Mas o fato de não quererem falar a língua do outro tem efeitos sobre as próprias línguas. Assim, nós vimos que, no caso anterior, os falantes das formas linguísticas em contato tomam emprestado de línguas diferentes, para se distinguir dos vizinhos. Essa vontade de marcar diferença ou identidade tem efeito sobre a forma da língua e sobre sua evolução, quer se trate do vocabulário, da grafia ou de seu nome.

Uma ou duas línguas? Esta questão que, como vimos, não encontra resposta imediata, nem geral, deve ser abordada ao mesmo tempo do ponto de vista das práticas e das representações nos atos dos falantes. Em todas as “denominações” de línguas há dois tipos de agentes: aquele que dá nome a sua língua e aquele que dá nome à língua do outro. O falante representa, em geral, o primeiro tipo, quando declara “eu falo tal língua”, ou “minha língua se chama X”. O segundo tipo é representado pelo próprio linguista, quando declara “isso é X”. A essa diferença deve se acrescentar outra: o falante aceita facilmente que sua língua possa não ter nome, ou ter vários nomes, já o linguista considera, por seu lado, que é preciso nomear as línguas, fazendo-o de maneira unívoca. Essa diferença é símbolo de outra fundamental: para alguns a “língua” é uma prática, para outros é um item taxonômico. No nome de uma língua há conotações que não são as mesmas para o linguista e para o falante. Quando um linguista fala de um *crioulo*, ele sinaliza a seus leitores conscientes que a língua em questão se desenvolveu em condições sociolinguísticas específicas, que seu modo de manifestação a aproxima de outras igualmente batizadas de crioulas. Quando um falante, em contrapartida, declara falar

crioulo, ele aceita a denominação do linguista e situa sua língua em uma correlação com uma outra língua em contato. Fazer afirmação a respeito de uma língua qualquer, como, por exemplo, “trata-se de um crioulo”, não tem sempre, por conseguinte, o mesmo sentido. Para o linguista, esta afirmação significa: esta frase é construída segundo as regras de tal gramática, seu vocabulário é originário de tal léxico. Mas o falante, que ouve essa afirmação pode entendê-la de modo diferente: você não fala francês (ou inglês etc.), você fala crioulo. No primeiro caso, mais uma vez, há referência a uma taxonomia, no segundo caso, a referência tem uma relação de força de tipo diglótico. Nos dois casos temos, antes de mais nada, universos de representações diferentes. Isso porque o fato de continuar a chamar de “crioulo” o que funciona, como em todas as outras línguas, para o linguista, trata-se de um sistema de representações que privilegia a história sobre a sincronia, mas o faz somente em determinadas situações: não se fala em dialetos do latim, ao se referir, por exemplo, ao francês, ao italiano, mas de línguas. Por outro lado, chamar sua língua de “crioulo” (e não haitiano, martinicano, etc.) revela outro sistema de representações que se nutre do precedente, e que, por projeção da diacronia sobre a sincronia, pela hipertrofia da história, atribui à sua língua um estatuto diferente. *Diferença* que as relações sociais se apressaram em transformar em *inferioridade*.

A partir daí, a questão “uma ou duas línguas?” não é somente científica e não pode ter resposta unicamente científica. Do mesmo modo que, talvez, os croatas um dia falarão croata, forma diferente do sérvio que os sérvios irão falar; é possível que os reunionenses, talvez, só falem o francês, enquanto que os haitianos falarão haitiano, o que vale dizer que assistiríamos a uma descrioulização, no primeiro caso, e, de maneira inversa, a uma radicalização da autonomização do crioulo, no segundo. Essa evolução diferente não estaria ligada a características intrínsecas daquilo que se convencionou chamar crioulos, mas, preferencialmente, estaria ligada a evoluções políticas e sociais diferentes, nas quais as representações linguísticas exercem um papel preponderante.

Alguns colegas, a quem solicitei que lessem o manuscrito deste livro, perguntaram-me, com uma ponta de malícia, qual era a diferença que eu fazia entre a ecologia linguística e a sociolinguística. Havia, por detrás desse questionamento, a insinuação de que eu estaria utilizando, talvez, uma metáfora a mais para desenvolver análises que teria podido simplesmente desenvolver sob a etiqueta da sociolinguística. Ora, a sociolinguística foi geralmente considerada como uma subdivisão, para alguns marginal, da linguística, visão que ainda permanece apesar das tomadas de posição de William Labov, para quem a sociolinguística é *toda a linguística*. Haveria de um lado a linguística dura, central, e de outro, os linguistas periféricos (sócio-, psico-, etnolinguística...), “moles”, e menos “científicos”. Essa situação gerou, entre os “sociolinguistas”, uma tendência a abandonarem determinados domínios, como os da descrição sintática, ou fonológica, das línguas, para se dedicarem ao estudo do plurilinguismo, à política linguística, ratificando, ao mesmo tempo, a delimitação defendida pelos adeptos da linguística “dura”. Em 1978, por exemplo, Pierre Achard, ao apresentar os objetivos da revista *Linguagem & Sociedade*, definia o “objeto próprio da linguística” como sendo “os mecanismos regulares da língua” (ACHARD, 1978), parecendo excluir, ao mesmo tempo, a possibilidade desses “mecanismos regulares” poderem ser o objeto de estudo da

sociolinguística e da sociologia da linguagem. Ao abandonar a descrição desses mecanismos aos adeptos da linguística “dura”, a sociolinguística não deixou de, voluntariamente, se marginalizar. Isso permitiu a Joshua Fishman escrever, no seu prefácio a uma obra de Glyn Williams: “Após três dezenas de anos, a sociolinguística permaneceu o que era; uma província da linguística e da antropologia, ou, melhor, uma província de preferência provinciana” (WILLIAMS, 1992).

Em contrapartida, eu quis, neste livro, defender uma aproximação *ecológica* das línguas do mundo, *línguas*, isto é, considerando, ao mesmo tempo, sua forma (os “mecanismos regulares”) e suas relações, *práticas* e *representações*, organização *gravitacional*, *autorregulação*, *transmissão* das práticas e das situações etc. É por isso que a noção de nicho ecolinguístico me parece de natureza a enriquecer nosso ponto de vista, segundo a qual uma ecolinguística é muito mais do que uma nova metáfora; ela é um princípio descritivo, explicativo. Foi por isso que eu insisti, longamente, sobre a importância das *representações*, que, se não fazem sozinhas a história das línguas, delas são um dos motores. Com efeito, a linguística “dura” bem pouco se preocupa, ao descrever as “línguas”, com o efeito das representações sobre os objetos por ela inventados. A seguir eu insisti sobre o fato de as situações sociais construírem essas representações, para que elas, as situações, pudessem, ao mesmo tempo, ser modificadas pelas representações, bem como as *práticas* linguísticas serem, assim, determinadas pelo conjunto das relações que se manifestam no seu *nicho ecolinguístico*. Nós vimos que, no seio desses nichos, os deslocamentos de população podiam provocar a *aclimação* das línguas, que podiam sobreviver ou desaparecer, deixando marcas atrás de si, e que as situações linguísticas estariam, então, submetidas a uma constante *evolução*, que revoluções viriam, às vezes, alterar. Há, aqui, um princípio descritivo e explicativo que só pode nos levar a uma certa modéstia em relação a nossa vontade profética: evidenciamos tendências e não leis. Entretanto, isso tudo nos mostra que a *invenção da língua* e sua *denominação* correlata constituem uma intervenção no nicho ecolinguístico, ao mesmo tempo que o modificam. Nesse sentido, é difícil de terminar sem evocar a responsabilidade do linguista no futuro dos nichos ecolinguísticos, apesar de eu haver salientado, por diversas vezes, que a ecologia linguística não estava nas minhas intenções como sinônimo de proteção das línguas em perigo. Trata-se, aqui, evidentemente, de um problema deontológico, e ensaio livro deveria ser dedicado a outra coisa. Entretanto, é bom lembrar para terminar, que nosso trabalho de linguista não consiste unicamente em descrever as “línguas”, ou as situações linguísticas. Ao trabalhar sobre fatos sociais, nós não podemos nos esquecer da sua natureza. Mesmo que se aceite a análise que eu desenvolvi, não podemos, por essa razão, desconhecer que nossa prática descritiva e analítica constitui também uma intervenção nos nichos ecolinguísticos, e que ela pode modificá-los, consideravelmente.

Referências

- ACHARD, Pierre. Quelques propositions naïves sur le langage et la linguistique. *Langage et Société* 1, 1978.
- BLEEK, W. *Comparative grammar of South African Languages*. Londres: Trübner, 1862.
- CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

ECO-REBEL

- CHAUDENSON, Robert. *Les créoles*. Paris: PUF (Coleção “Que sais-je?”).
- LACROIX, F. Les langues bantu. In: *Les langues dans le monde ancien et moderne: Afrique subsaharienne, pidgins et créoles*. Paris: CNRS, 1981, p. 353.
- WILLIAMS, G. *Sociolinguistics: a sociological critique*. Londres: Routledge, 1992, p. viii.

Traduzido do francês por Joaquim Santana Caixeta.

Texto convidado.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 1, 2018.